



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
6ª Turma

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5000068-63.2025.4.03.0000 RELATOR: Gab. 18 - DES. FED. GISELLE FRANÇA AGRAVANTE:  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS AGRAVADO: -----  
Advogado do(a) AGRAVADO: DIOVANE FRANCO RODRIGUES - MT29530-A OUTROS  
PARTICIPANTES:

---



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
6ª Turma

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5000068-63.2025.4.03.0000 RELATOR: Gab. 18 - DES. FED. GISELLE FRANÇA AGRAVANTE:  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS AGRAVADO: -----  
Advogado do(a) AGRAVADO: DIOVANE FRANCO RODRIGUES - MT29530-A OUTROS  
PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

**A Desembargadora Federal Giselle França:**

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra r. decisão que, em ação pelo procedimento comum, deferiu antecipação de tutela “*para conceder a guarda/posse provisória do animal silvestre papagaio (Amazona aestiva) de nome "Juca" à autora, nomeando a autora como depositária do mesmo, até o julgamento final da lide*” (ID 344579020 na origem).

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), ora agravante, suscita preliminar de ausência de interesse de agir, dado que a parte autora nunca buscou a regularização da ave na esfera administrativa.

Aduz a sua ilegitimidade passiva processual na medida que a autorização de novos criadores amadores de aves da ordem passeriformes compete aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente nos termos do artigo 8º, XIX, da LC nº. 140/11.

No mérito, defende que a ave está na lista de espécies protegidas com relação às quais não se admite a guarda doméstica, sendo proibida a regularização.

Subsidiariamente, aduz que a guarda doméstica provisória apenas é possível quando inviável a reinserção do animal na natureza. E, no caso concreto, não há prova da impossibilidade de destinação do animal.

O pedido de antecipação de tutela foi indeferido (ID 312097099).

Resposta (ID 313045124).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
6ª Turma

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5000068-63.2025.4.03.0000 RELATOR: Gab. 18 - DES. FED. GISELLE FRANÇA AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS AGRAVADO: -----  
Advogado do(a) AGRAVADO: DIOVANE FRANCO RODRIGUES - MT29530-A OUTROS  
PARTICIPANTES:

VOTO

**A Desembargadora Federal Giselle França:**

O Supremo Tribunal Federal declarou, em repercussão geral, ser inconstitucional a existência de prévia postulação administrativa como condição de procedibilidade de ação previdenciária quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado (**Tema 350 – STF, RE 631240, Tribunal Pleno, julgado em 03-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG**

**0711-2014 PUBLIC 10-11-2014 RTJ VOL-00234-01 PP-00220, Rel. Min. ROBERTO BARROSO).**

Em atenção aos princípios da razoabilidade e do acesso à Justiça, entendo aplicável o entendimento na esfera administrativa ambiental, em especial porque é notório que a Administração se opõe à pretensão do particular, como se observa das razões recursais.

Afasto a preliminar de ilegitimidade, dado que o artigo 8º, XIX, da LC nº. 140/11 atribui competência aos Estados para aprovação de criadouros da fauna silvestre. No caso concreto, contudo, objetiva-se a regularização da posse provisória de uma única ave.

Prosseguindo, o Superior Tribunal de Justiça “consolidou entendimento da possibilidade de manutenção de animal silvestre em ambiente doméstico quando já adaptado ao cativeiro por muitos anos, em especial, e quando as circunstâncias fáticas não recomendarem o retorno ao seu habitat natural” (STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp n. 668.359/RS, j. 28/11/2017, DJe de 05/12/2017, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO).

Trago, no mesmo sentido, precedentes recentes desta Corte Regional:

*APELAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AVE SILVESTRE. PAPAGAIO (AMAZONA AESTIVA). DOMESTICADO. CONVIVÊNCIA POR 27 ANOS. AUSÊNCIA DE MAUS TRATOS. MANUTENÇÃO DA GUARDA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.*

- No caso dos autos, o convívio da autora com os três jabutis em questão é longo, pois, de acordo com a exordial, os animais foram adquiridos pela genitora da demandante há mais de 52 (cinquenta e dois) anos.

-Portanto, muito razoável supor que uma possível separação, máxime abrupta, traga sofrimento para os animais. Como vimos, senciante que são, sentem fome (podem ter o hábito de ser alimentado pela dona), sentem frio, sentem dor. Compreendo que não é razoável a interrupção desse convívio.

- No caso em exame, o IBAMA não trouxe aos autos nenhum documento que demonstre estarem os animais sofrendo maus-tratos. Alega apenas vagamente que “não consta, nos presentes autos, nenhum Laudo Veterinário ou fotografia dos animais, portanto, não é possível opinar sobre a alegação que os animais são bem tratados pela autora” (ID 295830399).

-Relatórios Médicos (IDs 269464523), emitidos em 12/11/2022 e firmados pela veterinária Dra. Rosana M. Périgo (CRMV/SP n. 24781) para cada um dos três jabutis, “atesto que o paciente acima descrito, encontra-se com os parâmetros vitais dentro da normalidade, estando devidamente saudável e nutrido através do manejo impecável da tutora acima descrita”.

-Mantida, portanto, a decisão agravada. Precedentes

-Agravado Interno desprovido

**(TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5030807-57.2022.4.03.6100**

**(<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#>), j. 25/10/2024, Intimação via sistema DATA: 29/10/2024, Rel. Des. Fed. LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO)**

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. PAPAGAIO MANTIDO EM VIDA DOMÉSTICA DESDE 1990. ENTREGA DA AVE AO IBAMA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. A posse de animal silvestre sem autorização ou permissão da autoridade competente constitui infração ambiental, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.605/1998, passível, portanto, de apreensão, fazendo presumir a legitimidade do ato administrativo impugnado.
2. As circunstâncias fáticas, in casu, não podem ser desconsideradas. O papagaio que o IBAMA pretende apreender vive com a família da autora desde 1990, e portanto, plenamente integrado ao "meio ambiente" familiar, apesar de não ser seu habitat natural
3. A ave já tem mais de trinta e três anos de idade e o fato de sempre ter vivido em cativeiro pode comprometer sua reintrodução ao meio ambiente e sua própria sobrevivência.
4. Assim, no caso em apreço, retirar o papagaio do ambiente doméstico acarretar-lhe-ia mais prejuízo do que efetiva proteção, mormente considerando a longa permanência desse pássaro sob os cuidados da autora e sua idade. Precedentes STJ e TRF3.
5. Honorários recursais no percentual de 1% sobre o valor da causa, a serem acrescidos aos fixados pelo Juízo de primeiro grau, a teor do disposto no artigo 85, § 1º, fine, combinado com o § 11, do Código de Processo Civil.
6. Apelação não provida.

**(TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5004422-33.2023.4.03.6328 (<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#>), j. 27/09/2024, Intimação via sistema DATA: 04/10/2024, Rel. Des. Fed. MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR)**

APELAÇÃO CÍVEL. IBAMA. ANIMAL SILVESTRE. GUARDA DOMÉSTICA DE PAPAGAIO. ANIMAL ADAPTADO AO CONVÍVIO DOMÉSTICO. POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA POSSE. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. De acordo com os documentos que instruíram os autos a parte Autora demonstra extremamente diligente no que tange à saúde da ave, tendo buscado regularizar a guarda e atender as exigências das autoridades competentes.
2. Não há que se falar em ofensa aos ditames legais no caso concreto (art. 1º da Lei nº 5.197/1967 e do art. 25 da Lei nº 9.605/1998), já que a finalidade última das referidas normas é a efetiva proteção dos animais e a medida mais adequada a atender esses fins é a manutenção das aves sob custódia do impetrante e de sua família.
3. Insta consignar que as situações fáticas submetidas à apreciação do Poder Judiciário devem ser analisadas sempre à luz do princípio da razoabilidade, de modo que em se tratando de aves que comprovadamente estão sob a guarda da autora há muitos anos, supõe-se que a reintrodução

*dos animais ao meio ambiente seria improvável, devendo também ser considerada a relação de afeto do impetrante com o animal.*

*4. Forçoso ressaltar, ainda, que a reintrodução da ave em seu habitat natural ou até mesmo a manutenção desta em criadouro autorizado pelo Ibama, pode causar um quadro de estresse uma vez que está acostumado ao ambiente familiar.*

*5. Ademais, esse entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça que admite a manutenção de animal silvestre em ambiente doméstico, quando já adaptado a este por muitos anos e, notadamente, quando as circunstâncias fáticas não recomendarem o retorno ao seu habitat natural.*

*6. Apelação improvida.*

**(TRF-3, 4ª Turma, ApCiv 5007028-24.2023.4.03.6105 (https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#), j. 23/09/2024, DJEN DATA: 01/10/2024, Rel. Des. Fed. MARCELO MESQUITA SARAIVA).**

No caso concreto, consta da petição inicial que a parte autora está com o papagaio desde 2006. Não há qualquer notícia nos autos acerca de maus-tratos – pelo contrário, as imagens e vídeo demonstram vínculo entre a parte autora e o animal.

Quanto à possibilidade de reinserção, trata-se de matéria de fato a ser esclarecida ao longo da instrução, em contraditório.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**

É o voto.

---

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. TUTELA ANTECIPADA. ANIMAL SILVESTRE. GUARDA DOMÉSTICA PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

### I. CASO EM EXAME

1. Agravo de instrumento interposto contra r. decisão que, em ação pelo procedimento comum, deferiu antecipação de tutela “para conceder a guarda/posse provisória do animal silvestre papagaio (Amazona aestiva) de nome “Juca” à autora, nomeando a autora como depositária do mesmo, até o julgamento final da lide”.

### II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Discute-se a possibilidade de concessão de guarda provisória doméstica de animal silvestre, diante da alegada ausência de interesse de agir, da ilegitimidade passiva do IBAMA e da inexistência de prova da impossibilidade de reinserção do animal na natureza.

### **III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. O Supremo Tribunal Federal declarou, em repercussão geral, ser inconstitucional a existência de prévia postulação administrativa como condição de procedibilidade de ação previdenciária quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado (Tema 350).

4. Em atenção aos princípios da razoabilidade e do acesso à Justiça, entendo aplicável o entendimento na esfera administrativa ambiental, em especial porque é notório que a Administração se opõe à pretensão do particular, como se observa das razões recursais.

5. Afasto a preliminar de ilegitimidade, dado que o artigo 8º, XIX, da LC nº. 140/11 atribui competência aos Estados para aprovação de criadouros da fauna silvestre. No caso concreto, contudo, objetiva-se a regularização da posse provisória de uma única ave.

6. O Superior Tribunal de Justiça admite a manutenção de animal silvestre em ambiente doméstico, quando adaptado ao cativeiro por muitos anos e, especialmente, quando não é recomendável o seu retorno ao habitat natural (AgInt no AREsp 668.359/RS). Precedentes recentes desta Corte Regional no mesmo sentido.

7. No caso concreto, consta da petição inicial que a parte autora está com o papagaio desde 2006. Não há qualquer notícia nos autos acerca de maus-tratos – pelo contrário, as imagens e vídeo demonstram vínculo entre a parte autora e o animal. Quanto à possibilidade de reinserção, trata-se de matéria de fato a ser esclarecida ao longo da instrução, em contraditório.

### **IV. DISPOSITIVO E TESE**

8. Agravo de instrumento desprovido.

9. Tese de julgamento: é possível a concessão de tutela antecipada paraguada doméstica de animal silvestre adaptado ao convívio humano, observadas as peculiaridades do caso concreto.

---

*Dispositivos relevantes citados:* LC nº. 140/11, art. 8º, XIX.

*Jurisprudência relevante citada:* Tema 350 – STF, RE 631240, Tribunal Pleno, julgado em 03-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014

PUBLIC 10-11-2014 RTJ VOL-00234-01 PP-00220, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp n. 668.359/RS, j. 28/11/2017, DJe de 05/12/2017, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5030807-57.2022.4.03.6100  
(<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#>), j. 25/10/2024, Intimação via sistema DATA: 29/10/2024, Rel. Des. Fed. LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO; TRF-3, 6ª Turma, ApCiv 5004422-33.2023.4.03.6328  
(<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#>), j. 27/09/2024, Intimação via sistema DATA: 04/10/2024, Rel. Des. Fed. MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR; TRF-3, 4ª Turma, ApCiv 5007028-24.2023.4.03.6105  
(<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/312097099#>), j. 23/09/2024, DJEN DATA: 01/10/2024, Rel. Des. Fed. MARCELO MESQUITA SARAIVA.

---

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Sexta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

GISELLE FRANÇA  
Desembargadora Federal

Assinado eletronicamente por: GISELLE DE AMARO E FRANCA

03/06/2025 14:16:49 <https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 326589033



25060314164900500000323659381

IMPRIMIR

GERAR PDF